

# 1 - A (re)definição do trabalho intelectual no início do século XX

Alvaro Santos Simões Junior

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SIMÕES JUNIOR, AS. A (re)definição do trabalho intelectual no início do século XX. In: *Estudos de literatura e imprensa* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 13-22. ISBN 978-85-68334-47-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# 1

## A (RE)DEFINIÇÃO DO TRABALHO INTELLECTUAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX<sup>1</sup>

Pretende-se aqui definir de modo muito sumário modificações fundamentais por que passou a condição de escritor na virada do século XIX para o século XX.

Na década de 1870, quando o movimento republicano ganhou força, os escritores brasileiros não podiam sequer sonhar em dedicar-se integralmente à criação literária. Para viver era necessário seguir outras profissões como a docência, a magistratura, a advocacia ou a medicina e reservar apenas o tempo livre para dedicar-se às musas.<sup>2</sup> D. Pedro II, que se considerava um intelectual e alimentava veleidades poéticas, apreciava desempenhar o papel de mecenas, o que de fato às vezes fazia. Entretanto, a maioria dos jovens escritores (que eram republicanos e anticlericais) não poderia jamais aceitar a proteção imperial.

Em 1876, Aluísio Azevedo (1857-1913) deixou São Luís do Maranhão e foi ao Rio de Janeiro com a ambição de estudar de-

---

1 Dedicar-se este ensaio a Carlos Baumgarten e Mauro Póvoas.

2 V. Broca (1957, p.104). Há duas formas de sobrevivência para o escritor: 1) com financiamento interno mediante venda de direitos autorais; 2) com financiamento externo via mecenato ou autofinanciamento. O segundo emprego, que é na verdade o *primeiro*, configura uma situação de autofinanciamento (cf. Escarpit, 1964, p.47-9).

senho e pintura. Na então Corte Imperial, frequentou a Escola de Belas Artes, pintou alguns retratos e trabalhou como caricaturista de algumas revistas ilustradas (*O Fígaro*, *O Mequetrefe* e *A Comédia Popular*, entre outras). No entanto, o jovem maranhense logo se integrou a um grupo de intelectuais liderado por José do Patrocínio (1853-1905), que iniciaria a campanha abolicionista na *Gazeta de Notícias* em 1877. Esse grupo de entusiasmados republicanos e abolicionistas, a que pertenceram Artur Azevedo (1855-1908), Teófilo Dias (1857-1889), Artur Barreiros (1856-1885), Fontoura Xavier (1856-1922), Valentim Magalhães (1859-1903) e Artur de Oliveira (1851-1882), logo voltaria seu ímpeto revolucionário contra os padrões literários vigentes. *As Farpas* (iniciadas em 1871), de Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, tornaram-se modelo de verve polêmica e combatividade política. Já *O primo Basílio* (1878), cuja repercussão foi intensa e escandalosa, apontava novos caminhos para o romance de observação e crítica social. Para a renovação da poesia deu grande contribuição Artur de Oliveira, que vivera na Europa por dois anos (1871-1872) e alegava haver convivido com poetas como Leconte de Lisle e Théophile Gautier. Com os amigos à sua volta, sentava-se às mesas de café e lia poemas dos parnasianos franceses e de Charles Baudelaire (v. Broca, 1991, p.55-7).

Como bem demonstrou Antonio Candido no artigo “Os primeiros baudelairianos”, a leitura das *Flores do mal* foi decisiva para que Teófilo Dias, Fontoura Xavier e Carvalho Jr. conseguissem romper com a poesia romântica.

Impregnado de literatura nova, Aluísio Azevedo voltou a S. Luís em agosto de 1878, em virtude da morte do pai. Na província, colaborou em jornais alternativos (financiados pela maçonaria) em que atacou com virulência o Trono, a Igreja e os comerciantes portugueses. Em 1881 publicou *O mulato*, que foi considerado o primeiro romance naturalista brasileiro, a despeito do Romantismo difuso que ainda continha. Se, em São Luís, essa obra proporcionou alguns dissabores ao autor pela reação indignada de certos maranhenses que se julgaram retratados por personagens perversas ou ridículas, conquistou-lhe, no Rio de Janeiro, ao contrário, o apreço

da crítica e dos leitores. Estimulado por essa recepção positiva, Aluísio Azevedo decidiu retornar à Corte.

De 1882 a 1895, Aluísio Azevedo viveu exclusivamente da pena, tornando-se, portanto, escritor profissional. Para realizar essa façanha sem precedentes no Brasil, necessitou colaborar intensamente na imprensa, escrever e traduzir peças para o teatro, produzir folhetins e publicar romances em grande quantidade (para os padrões da época).<sup>3</sup> A imprensa, que se expandia graças às campanhas em prol da República e da Abolição, oferecia muitas oportunidades de trabalho intelectual.

Em meados da década de 1880, o grupo de Patrocínio<sup>4</sup> sofreu alguns desfalques importantes. Havia morrido Artur de Oliveira (1882) e Artur Barreiros (1885); Teófilo Dias e Fontoura Xavier mudaram-se, respectivamente, para São Paulo e Rio Grande do Sul. No entanto, jovens intelectuais que se engajavam no jornalismo, voltando as costas às carreiras tradicionais, aderiram ao grupo atraídos pelo carisma de Patrocínio, que inclusive empregaria alguns de seus amigos nos jornais que dirigiu, *Gazeta da Tarde* (1881-1887) e *Cidade do Rio* (1887-1902). No final da década, gravitavam, em torno do grande jornalista, Paula Nei (1858-1897), Luís Murat (1861-1929), Coelho Neto (1864-1934), Guimarães Passos (1867-1909), Emílio de Meneses (1866-1918), Pardal Mallet (1864-1895), Raul Pompeia (1863-1895), Pedro Rabelo (1868-1905) e Olavo Bilac (1865-1918).

Esse grupo relativamente numeroso, que se reunia alegre e ruidosamente em cafés e confeitarias durante o dia e à noite em ambientes menos familiares, permaneceu coeso até alcançar a grande conquista da Abolição.<sup>5</sup> Como discordaram de Patrocínio, que deci-

---

3 A tiragem de um livro não ia geralmente além de quinhentos exemplares. No caso dos romances do autor de *O mulato*, a tiragem de cada edição era de mil exemplares.

4 Não adotamos aqui o tradicional conceito de *geração literária*, porque o de *grupo de escritores* transcende a questão etária e corresponde melhor à organicidade do conjunto de “boêmios” liderados por Patrocínio (cf. Escarpit, 1964, p.37).

5 Sobre esse período da “geração boêmia”, v. Coelho Neto (1921).

diu então apoiar a continuidade da monarquia com a princesa Isabel no trono, Olavo Bilac, Pardal Mallet, Luís Murat e Raul Pompeia deixaram a *Cidade do Rio* e fundaram o jornal *A Rua* (1889) para prosseguir sem constrangimentos na propaganda republicana.

Patrocínio aderiu ao novo regime somente quando, em novembro de 1889, os cavalos do Exército já desfilavam pelas ruas cariocas. Com isso, tornou-se viável a reconciliação do grupo, o que ocorreria imediatamente.

No país do patrimonialismo, nada mais natural do que receberem os propagandistas da véspera uma retribuição do regime que ajudaram a instituir. Assim, Aluísio Azevedo, Luís Murat, Coelho Neto, Pardal Mallet e Olavo Bilac tornaram-se em 1890 funcionários por indicação do governo do estado do Rio de Janeiro, então sediado em Niterói. Outros intelectuais também foram beneficiados pelos favores da jovem República.

Entretanto, a instabilidade do novo regime logo promoveria uma dança das cadeiras. O marechal Deodoro da Fonseca, líder da revolução e presidente da República, decidiu em 3 de novembro de 1891 fechar o Congresso Nacional que, após o desastre do Encilhamento (1890-1891), se recusava a aprovar certas medidas econômicas propostas pelo Executivo. O contragolpe não tardou. A articulação de congressistas nos estados, a resistência de civis e a oposição de elementos da Marinha e do Exército forçaram Deodoro a renunciar no dia 23 de novembro, quando assumiu o seu substituto constitucional, o vice-presidente Floriano Peixoto.

Para consolidar o seu poder, o novo presidente iniciou um processo ilegal de deposição das câmaras e governos estaduais que se calaram por ocasião do golpe contra o Congresso. O governador do estado do Rio de Janeiro, Francisco Portela, que apoiou Deodoro, foi destituído do cargo e, ato contínuo, foram exonerados os intelectuais por ele nomeados.

Desempregados no início de 1892, Olavo Bilac e Pardal Mallet uniram-se ao republicano histórico Lopes Trovão para fundar o jornal *O Combate*, que não daria trégua ao novo presidente e seu principal aliado, o ministro da Marinha Custódio José de Melo.

Com a nova conjuntura política, passaram a ocorrer dissensões no interior do grupo de Patrocínio. Raul Pompeia, que ficara ao lado de Floriano, desentendeu-se com Bilac, com quem ensaiou um duelo cancelado à última hora.

Em abril de 1892, simpatizantes de Deodoro conspiravam abertamente contra Floriano. No dia 10 daquele mês, ocorreu manifestação popular pela volta do presidente deposto. Floriano reagiu rápido e prendeu as lideranças do movimento, entre as quais se contavam Pardal Mallet, Olavo Bilac e José do Patrocínio.

Apesar da anistia decretada em agosto de 1892, o país ainda não experimentaria a estabilidade política. Sentindo-se prejudicado em suas pretensões à presidência por articulações em andamento, Custódio José de Melo demitiu-se do ministério e, em setembro de 1893, sublevou a Armada. Era o início da guerra civil que, se não tomou grandes proporções, afetou seriamente a vida da população civil. Os jornais foram impedidos pelo governo de noticiar ou comentar o conflito, os veículos que desafiaram a censura foram fechados e seus redatores foram presos ou desterrados. José do Patrocínio, da *Cidade do Rio*, foi desterrado para o Amazonas; Bilac, que então trabalhava na *Gazeta de Notícias*, refugiou-se em Ouro Preto; Pardal Mallet fugiu para o interior fluminense; Guimarães Passos e Luís Murat exilaram-se em Buenos Aires. Além de Pompeia, mantiveram-se fiéis ao Marechal de Ferro Artur Azevedo, Paula Nei e Araripe Jr. (1848-1911). O grupo de Patrocínio estava, portanto, cindido em dois blocos inconciliáveis.<sup>6</sup>

Floriano Peixoto sufocou a Revolta da Armada e a subsequente Revolução Federalista, mas, para surpresa de muitos, não tramou

---

6 Fato eloquente a esse respeito foi a dissolução do Club Rabelais, criado por Raul Pompeia em agosto de 1892 para reunir em almoço ou jantar um grupo de amigos na segunda sexta-feira de cada mês. Araripe Jr., um dos comensais, testemunhou o melancólico fim da agremiação. "O *Rabelais* teve vida curta, durando somente ano e meio. Interrompido pelos acontecimentos da revolta de 6 de setembro de 1893, quando depois se reuniu pela primeira vez, verificou-se que a alegria e cordialidade dos seus membros estavam profundamente modificadas. Havia entre eles custodistas e jacobinos. [...] Nesse ágape, os rabelaisianos *estranharam-se*." (Araripe Jr., 1970, v.5, p.23)

para perpetuar-se no poder. Em 1894, aceitou ceder a Presidência a Prudente de Moraes, um civil que representava os interesses dos poderosos cafeicultores paulistas.

Pacificado o país, os intelectuais voltaram ao Rio para retomar suas carreiras literárias. Além de *Gazeta de Notícias*, *O País*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Comércio* e *Cidade do Rio*, que já empregavam muitos escritores, estreou em 1894 o vespertino *A Notícia*, que formou uma respeitável equipe de redatores e colaboradores remunerados.

Quando as condições para o trabalho intelectual começavam a melhorar sensivelmente, inclusive por um discreto aumento do público leitor, Aluísio Azevedo, que já era um escritor profissional, abandonou a liça. Aprovado em concurso público para a carreira diplomática, assumiu em 1895 o posto de vice-cônsul em Vigo e nunca mais publicou um livro sequer.<sup>7</sup>

Entretanto, houve dois sucessores à sua altura. Bilac tornou-se um dos mais prestigiados cronistas do jornalismo carioca. Não foi por acaso que em 1897 substituiu Machado de Assis na crônica semanal da *Gazeta de Notícias*. Além disso, continuou vendendo muito bem seus livros de poesia e coletâneas de crônicas e contos, criou anúncios publicitários em versos e iniciou-se com muito êxito, em companhia de Coelho Neto e Manuel Bonfim, no lucrativo segmento do livro paradidático. Note-se de passagem que Bonfim, pelos cargos que ocupou na Educação, pôde, como bom amigo que era, garantir a inclusão dos livros do poeta nas compras do governo.

Coelho Neto, outro sucessor de Aluísio Azevedo, notabilizou-se como um dos mais prolíficos escritores da literatura brasileira. Além de colaborar abundantemente na imprensa, experimentou suas forças em diversos gêneros. Em 1894, firmou com o editor Domingos de Magalhães, da Livraria Moderna, um contrato que lhe renderia 400 mil réis mensais ao longo de cinco anos.<sup>8</sup> Ao morrer em 1934, deixou 112 obras publicadas, além de cinquenta peças de teatro.

---

7 Sobre a carreira de Aluísio Azevedo, v. Mérian (1988, cap.25).

8 Essa quantia representava cerca de dez vezes o salário de um operário qualificado.

Enquanto a carreira de seus antigos companheiros ascendia, Raul Pompeia era seriamente prejudicado por sua paixão política. Por ocasião do sepultamento de Floriano Peixoto no dia 29 de setembro de 1895, o autor de *O Ateneu* proferiu um violento discurso contra os adversários políticos do marechal. Prudente de Moraes, que comparecera ao cemitério, não gostou da ousadia e impôs a demissão do romancista, que então dirigia a Biblioteca Nacional. Dias depois, o discurso ainda rendia dissabores a Pompeia. Luís Murat, seu amigo em outros tempos, publicou em outubro daquele ano um artigo cujo título, “Um louco no cemitério”, não deixava dúvidas sobre a avaliação que fazia do episódio. Deprimido por essas e outras contrariedades, Raul Pompeia deu um tiro no peito em plena noite de Natal. Não pôde assim ser incluído entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras, inaugurada em 1897. Do grupo de boêmios da década de 1880, receberam essa consagração Artur Azevedo, Coelho Neto, Guimarães Passos, Luís Murat, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Valentim Magalhães e José do Patrocínio.<sup>9</sup>

Em 16 de julho de 1898, os escritores brasileiros realizaram um antigo desejo coletivo com a aprovação pelo Congresso Nacional de uma lei de direitos autorais, que os protegeria dos abusos de jornais e editoras.

No final do século XIX, a República já havia vencido os seus inimigos reais ou imaginários, entre os quais se contavam os pretensos monarquistas encastelados em Canudos. No entanto, a vida do país não melhorara sensivelmente com o novo regime e a Capital Federal ainda era essencialmente a mesma cidade de vias estreitas, decadentes e sujas legada pelo Império. Para piorar a situação, o porto não atendia à demanda do comércio de mercadorias e matérias-primas e a população sofria com epidemias e endemias, das

---

9 O espírito de associação dos escritores cariocas já havia rendido iniciativas similares como a Associação de Homens de Letras (1883), o já mencionado Club Rabelais (1892-1893) e o chá das quatro na redação da *Revista Brasileira* (1895-1896), do qual saíria o principal grupo dos fundadores da ABL (cf. Neves, 1940, p.5-9).



quais a febre amarela era considerada a mais importante por atingir principalmente os estrangeiros, afastando-os da cidade.

Das tribunas que ocupavam nos jornais, os intelectuais empenharam-se numa campanha sem tréguas pelo saneamento e pelo embelezamento da cidade, clamando por medidas enérgicas que transformassem radicalmente o Rio de Janeiro. Não aceitavam que a Capital Federal continuasse a ser conhecida por Cemitério dos Estrangeiros ou fosse ainda considerada a cidade mais suja da América Latina.

Quando a administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906) iniciou o Bota-Abaixo, que literalmente arrasou quarteirões e desalojou milhares de trabalhadores pobres para construir novas avenidas, alargar ruas antigas e abrir novas praças, a maioria dos intelectuais apoiou incondicionalmente as reformas, que davam ares europeus ao centro da cidade e à população que nele morava, pois os novos prédios de aço e cristal seriam ocupados por uma elite predominantemente branca.

Durante a Revolta da Vacina, em que, armados de paus e pedras, os excluídos dos planos regeneradores da prefeitura enfrentaram a polícia, a guarda nacional, o corpo de bombeiros e tropas do Exército, os intelectuais proferiram em uníssono protestos indignados contra a irracional reação dos que se opunham a uma reforma fundamental para a saúde pública e a modernização urbanística da cidade.

Nesse momento crucial para o predomínio político das oligarquias, os homens que dirigiam o Estado contaram com o apoio decisivo dos intelectuais que, dos jornais e revistas, formavam a opinião pública. Não fora, portanto, mal empregado o dinheiro com que, desde dezembro de 1900, o Estado custeava publicações e despesas postais da Academia Brasileira de Letras, além de abrigá-la em prédio próprio (cf. Neves, 1940, p.38).

Olavo Bilac, o principal cronista carioca e o defensor mais intransigente da Regeneração (Sevcenko, 1998, p.576), fora em 1899 nomeado inspetor escolar do Rio de Janeiro e, em 1906, recebeu a honrosa incumbência de responder pela secretaria-geral da III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro. Nos anos

subsequentes, Bilac voltaria a receber importantes missões e vultosas comissões do Itamarati, chefiado pelo barão do Rio Branco.

Em 1907, o poeta das *Panóplias* (1888) foi homenageado por seus vinte anos de jornalismo. Compareceram ao banquete, realizado no Palace Theatre, o marechal Hermes da Fonseca, o prefeito Sousa Aguiar, o senador Pinheiro Machado, eminência parda da República, e o ex-prefeito Pereira Passos, além de escritores importantes como Machado de Assis. Em seu discurso de agradecimento, Bilac transformou, muito habilmente, a consagração pessoal em homenagem ao grupo de escritores a que pertencia. Em lugar da autolouvação de seus méritos, preferiu destacar a grande realização coletiva.

Que fizemos nós? Fizemos isto: transformamos o que era até então um passatempo, um divertimento, naquilo que é hoje uma profissão, um culto, um sacerdócio; estabelecemos um preço para o nosso trabalho, porque fizemos desse trabalho uma necessidade primordial da vida moral e da civilização da nossa terra; forçamos as portas dos jornais e vencemos a inépcia e o medo dos editores... (Bilac, 1927, p.78)

De fato, no início do século XX a produção intelectual deixou de depender exclusivamente do ócio proporcionado por respeitáveis profissões burguesas e passou a contar com a resposta estimulante do público leitor, que adquiria livros e assinaturas dos periódicos em quantidade razoável em decorrência do acentuado crescimento populacional do Rio de Janeiro e de discreta ampliação do percentual de alfabetizados. Além disso, o Estado, ao perceber a ascensão dos intelectuais sobre a opinião pública, decidiu-se a cooptar os escritores mais importantes mediante cargos públicos, prebendas e outras benesses.<sup>10</sup> Os conflitos da primeira metade da década-

---

<sup>10</sup> Trata-se do mecenato de Estado, que se traduz em pensões mais ou menos regulares ou funções oficiais. As sinecuras burocráticas são uma forma de mecenato (cf. Escarpit, 1964, p.48).

da de 1890, que tanto prejudicaram os intelectuais, haviam sido decorrentes da ocupação conjuntural do poder político por quem não detinha o poder econômico. Vencidos os nostálgicos do antigo regime e os radicais que sonhavam com uma República ideal, as oligarquias fortalecidas no poder empenharam-se em constituir os seus intelectuais orgânicos (v. Gramsci, 1979, p.3-12). Iniciava-se a era da literatura-sorriso-da-sociedade.

O jovem romancista e contista Afonso Henriques de Lima Barreto, que estreou no início do século XX, sentia náuseas diante da frequente submissão da atividade intelectual a interesses subalternos e, por isso, tomou a corajosa e louvável decisão de sacrificar tudo para dignificar a profissão de escritor. Como se sabe, pagou um alto preço por sua audácia e independência. Mas essa é outra história.